



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 222/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1445/2015 (02 volumes).

Apensos: Processo nº 3916/2014 (4 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Pronto Socorro da Criança Zona Sul.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Luzimeire Marques Vilhena, Diretora Geral.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº 02/2016 (fls.342/350).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 673/2016 - MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 357/358v).

8- Relator: Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Pronto Socorro da Criança Zona Sul. Exercício 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Quitação. Recomendação à Origem. Determinação à SEPLENO. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas, nos termos do artigo 1º, II, 22, II, e 24 da Lei nº. 2423/1996; e artigos 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, a Prestação de Contas Anuais do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Sul, do exercício de 2014, de responsabilidade da Sra. **Luzimeire Marques Vilhena**, Diretora Geral e Ordenadora de Despesa;

9.2- Dar quitação à responsável, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei n. 2423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.3- Recomendar à origem que:

9.3.1- faça constar nas futuras prestações de contas o Relatório, Certificado e Parecer de Auditoria, a serem emitidos pela Controladoria Geral do Estado – CGE, responsável pela efetivação do controle interno nos órgãos do Poder Executivo do Estado, nos termos das Leis Delegadas nº 71, de 18 de maio de 2007;

9.3.2- providencie ações que estimulem e facilitem a utilização de modalidades licitatórias mais céleres, inclusive, a utilização do Sistema de Registro de Preço, previsto no § 3º, do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

9.4- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 162, § 1º, da Resolução 04/2002 - TCE/AM;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 222/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5- Arquivar o Processo nº 3916/2014, Representação julgada Improcedente, apensa aos presentes autos, apenas para consulta, em observância ao contido no item 9.4 da Decisão nº 232/2015-TCE-TRIBUNAL PLENO (fl. 704, volume 4, do referido processo).

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro- Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral